

A LÍNGUA COMO UMA QUESTÃO POLÍTICA: RESENHA DE “POLÍTICAS DA NORMA E CONFLITOS LINGUÍSTICOS”

Luiza Ujvari Pabst¹

luiza.pabst@gmail.com

Organizado por Xoán Carlos Lagares e Marcos Bagno, o livro “Políticas da Norma e Conflitos Linguísticos” reúne, além do texto introdutório, quinze artigos de autores diversos, de diferentes vertentes da Linguística, abordando, cada um à sua maneira e sob o seu olhar teórico, *a questão da norma como um problema político*. Nele, os autores atentam à importância de reconhecer esse fato e à necessidade de repensar a forma como a Linguística aborda o assunto. De acordo com Lagares (p. 11-12), algumas considerações a respeito da dimensão política da norma, como

[...] o fato de ser o tema da norma uma questão social e política para a qual a linguística, pelo próprio caráter da disciplina, nem sempre consegue oferecer explicações adequadas, não estar presentes de alguma forma ao longo de todo o livro. A necessidade de mudar a “abordagem”, ou de deslocar a perspectiva dos estudos da linguagem a respeito dessa questão, constitui de alguma maneira o aspecto “programático” do livro, e nisso coincidem muitos dos autores que dele participam, mesmo que de posições teóricas diferentes.

Sendo assim, discute-se, nessa obra, desde o(s) conceito(s) de língua, até os conflitos advindos da construção de línguas nacionais e de padrões linguísticos, passando pelas variadas dimensões políticas e sociais da norma linguística. Entre essas últimas, podemos citar, de um lado, a questão da identidade cultural, do imaginário social e do fenômeno da variação; de outro, certa tendência à centralização linguística, ao surgimento de supostas “línguas francas”, bem como a imposição da norma como instrumento de poder político.

¹ Mestra em Letras (Teoria e Análise Linguística) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Professora particular de Português Brasileiro como Língua Adicional (PLA).

Segundo Lagares, de maneira geral, as línguas são entendidas nesse livro como “instituições sociais, como objetos de debates e polêmicas políticas, como instrumentos de controle e de revolta, como construções que fazem parte da nossa realidade, ao mesmo tempo em que são por ela moldadas” (p. 13 – 14). De fato, podemos dizer que, assim como cada língua ajuda a nomear, sistematizar, ou até mesmo a definir a realidade de seus falantes, a realidade (social, cultural e política) que os cerca também *molda* a sua língua, particularizando ou generalizando desde modos de expressão (como a questão dos diferentes registros) até sistemas gramaticais (por exemplo, o sistema pronominal do português brasileiro culto, *versus* aquele utilizado pelos falantes da variedade popular).

Entende-se, portanto, que não apenas a língua é influenciada pela realidade dos falantes, como se constitui uma eficiente ferramenta de influência e poder dentro de uma comunidade linguística. O estabelecimento de padrões, sejam eles normativos (de prestígio), ou mesmo de identidade de variados grupos sociais, envolvem questões de identidade social/cultural e de interesse político que podem ser (e em muitas das vezes são) geradoras de conflitos na sociedade.

Partindo, então, da premissa de que a norma não é um problema meramente linguístico, mas também uma questão social e política, o livro se organiza em torno de cinco tópicos mais amplos nos quais os autores se inserem. Cada autor traz suas concepções teóricas, relatos de pesquisas e/ou de experiências inseridas em um determinado contexto linguístico e relacionadas a alguma das temáticas.

Os quatro primeiros textos abordam pontos teóricos a respeito da norma como questão política. Henrique Monteagudo, por exemplo, inicia a discussão sob o olhar da Sociolinguística, abordando de forma criteriosa e aprofundada o fenômeno da variação, seja ela interssistêmica (entre sistemas diferentes, na relação língua-dialeto, por exemplo) ou intrassistêmica (dentro do mesmo sistema, isto é, da mesma língua). Centrando-se nos parâmetros de variação sincrônica, Monteagudo discorre sobre as variantes diatópicas (territoriais), diastráticas (socioculturais) e diafásicas (de gênero, registro ou estilo), conceituando-as e exemplificando-as.

Em sua discussão, o autor salienta que “todos os falantes dispõem de uma competência parcial em vários registros, e todos são capazes de se adaptar às situações em que se veem envolvidos; com mais ou menos destreza ou acerto segundo o falante e o registro” (p. 30 – 31). Assim, segundo o autor, a ideia de que a língua seria um patrimônio equitativamente compartilhado por todos é uma falácia, uma vez que as competências linguísticas e, especialmente, comunicativas, não são iguais para todos os falantes. Entretanto, é claro que,

embora exista uma variedade padrão que é associada (não de forma intrínseca, mas sociocultural) a grupos sociais privilegiados, e outra a grupos sociais desfavorecidos, há um conjunto de variedades resultante da mescla desses diferentes padrões que é, segundo o autor, central e neutro e “constitui a coluna vertebral da língua” – o chamado *axioleto* (p.40).

Deve-se entender, assim, que cada variedade tem seus feixes de traços articulados e conscientes, tão legítimos quanto aqueles que compõem a variedade culta ou padrão. Entretanto, sendo inegável a associação sociocultural da norma padrão a grupos sociais privilegiados, deve-se oportunizar aos grupos sociais desfavorecidos a apropriação da norma padrão, como um direito de participar, também, de contextos sociais em que essa se faz adequada ou necessária. O normativismo, portanto, deve ser crítico e racional, e não preconceituoso ou excludente.

Nesse mesmo sentido, James Milroy aborda questões relativas a norma, ideologia e preconceito no que tange à língua inglesa. Analisa e critica as concepções do senso comum e contesta atitudes como as do movimento “English Only” (“Só Inglês”), nos Estados Unidos, que defendem o inglês como a única língua oficial, possivelmente, até, sem perceber que “[...] se trata de um disfarce para atitudes políticas específicas (frequentemente xenofóbicas)” (p. 59). No capítulo seguinte, Finbow discute a formação dos conceitos de latim e romance, e, no quarto capítulo, Rajagopalan discute os conceitos de regra constitutiva *versus* regra reguladora, salientando a importância política, em determinada época, das normas linguísticas reguladoras para garantir a identidade dos Estados-nações recém criados, como Estados independentes e bem delimitados geopoliticamente.

Entre os capítulos seguintes, destacam-se as discussões realizadas acerca da formação das línguas nacionais com cada Estado e, principalmente, os debates sobre os conflitos linguísticos resultantes de processos de elaboração e padronização linguística complicados. Entre eles, estão o texto de Lagares, sobre “o lugar” do galego, como uma minoria linguística, entre o português e o espanhol, e o texto de Figueiredo, sobre o francês como um elemento de identidade comunitária em Quebec. Esse é um dos casos em que se torna visivelmente clara a relação entre língua e política, já que o francês e o inglês no Canadá (especialmente em Quebec) representam as antigas disputas políticas entre a França e a Inglaterra pela colônia, e entre os católicos franceses e os protestantes ingleses, pelo domínio religioso. Língua, cultura e política, nesse caso, sobrepõem-se, já que, além de tudo, a questão da identidade dos francófonos no Canadá não é só uma luta política, mas também uma luta linguística.

Nos capítulos seguintes, os autores destacam alguns conflitos linguísticos envolvendo o português do Brasil. Mariani escreve sobre a polêmica da redação do Código Civil, ocorrida

ao final do século XIX, quando Rui Barbosa e Ernesto Carneiro Ribeiro discutiam a norma que deveria ser usada na escrita do documento. Segundo a autora, essa polêmica não foi meramente linguística, já que nela estava envolvido “um projeto jurídico de sujeito e de nação, pois a disputa [...] supõe a articulação imaginária de uma unidade linguístico-social, como pressuposto para a obtenção e manutenção de uma identidade para o Brasil republicano” (p. 243).

Sabe-se que, embora Ernesto Carneiro Ribeiro não se mostrasse tão radical quanto Rui Barbosa, ambos envolvidos na polêmica defendiam a língua escrita nos padrões lusófonos, sustentados por exemplos de autores canônicos da Literatura Portuguesa. Sendo assim, entende-se que a disputa travada era mais política do que linguística e que nenhum de seus participantes era partidário de uma língua brasileira, já que as marcas da oralidade, que seriam responsáveis por distanciar o Brasil de Portugal, eram mencionadas apenas de forma pejorativa.

Essa dificuldade de definição e, mais ainda, de aceitação de uma norma mais “brasileira” persiste até hoje. Em seu texto, Faraco discute questões históricas que levaram ao estabelecimento da norma culta até a forma que dela se conhece hoje. O autor discute sua abrangência, analisa exemplos de sentenças sob os diferentes olhares de formadores de opinião a esse respeito e aborda o estabelecimento e a manutenção do imaginário social que nós, brasileiros, temos a respeito de nossa língua e de seus falantes. Por fim, o autor lembra a importância e a urgência de se repensar como nós, linguistas, podemos enfrentar o problema da norma e dos poderosos imaginários sociais que o rondam.

Por fim, os últimos dois capítulos tratam da questão da centralização das línguas espanhola e inglesa como consequência de uma política centralizadora, que acompanha a globalização da economia mundial. Tanto o inglês, quanto o espanhol, cresceram como línguas internacionais e foram incluídas – especialmente o inglês – como línguas estrangeiras em diversos currículos escolares. No caso do espanhol, segundo Fanjul, nos últimos anos tem-se evidenciado, cada vez mais claramente, o interesse político e econômico presente na política de centralização linguística que vem sendo adotada – da mesma forma que se evidenciam interesses político-econômicos envolvidos no Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, oficialmente em vigor no Brasil a partir deste ano.

Conforme Bagno atesta no epílogo da obra, é fato que língua e política estão mais interligadas do que normalmente se imagina. Como exemplo, o linguista cita o caso da independência política da Noruega, que foi uma província da Dinamarca durante quatro séculos e que, portanto, teve como língua oficial o dinamarquês durante todo esse tempo.

Segundo o autor, em 1905, a Noruega renomeou sua língua como sendo o “norueguês”, na tentativa de marcar a sua independência, mas seria “[...] de fato, a mesma língua dinamarquesa com pequenas variações locais. A intercomunicabilidade entre os povos dos três países nórdicos (Dinamarca, Noruega e Suécia) é quase perfeita” (p. 384). Embora o conceito de “língua” seja sempre contestável, por ser dependente do olhar teórico de quem o define, a relação norma-política, ou mesmo língua-política, é, como se pode perceber, praticamente impossível de se contestar.

LAGRES, Xóan; BAGNO, Marcos (org.). *Políticas da norma e conflitos linguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.